

RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.331 - SP (2019/0118517-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : A C Z
ADVOGADO : CARLOS MAGNO DOS REIS MICHAELIS JUNIOR - SP271636
RECORRIDO : V A DE C C
ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO CASTRO JARDIM - SP108259

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por A C Z, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Alimentos. Prestação de contas. Extinção sem julgamento do mérito. Propositura pelo alimentante em face da genitora do alimentando, que detém sua guarda. Interesse de agir e legitimidade ativa presentes pelo disposto no art. 1.583, §5º, acrescentado pela Lei nº 13.058/2014. Ação, contudo, que é improcedente. A despeito da obrigação de prestação de contas, é fundamental, para a procedência, a comprovação mínima de má-gestão dos alimentos no atinente a qualquer assunto que afete a saúde e educação do alimentando, sob pena de, no contexto da animosidade dos finais de relacionamentos, se transformar em instrumento de revanche contra quem detém a guarda do menor e administra as suas despesas. Inexistência, no caso, de provas nesse sentido. Recurso improvido, por fundamento diverso." (fl. 122)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 369, 489, §1º, incisos III e IV, e 1013 do Código de Processo Civil de 2015, e 1.583, § 5º, 1.689 e 1.691 do Código Civil de 2002; e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese: (a) negativa de prestação jurisdicional; (b) é incontestável o direito do alimentante de supervisão e de exigir prestação de contas de quem detém a guarda do alimentando; (c) cerceamento de defesa.

Apresentadas contrarrazões às fls. 170/171.

É o relatório.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 489 do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou

fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

Impende ressaltar que *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"* (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente **Ministro CESAR ASFOR ROCHA**, DJ de 12.12.1994).

Quanto à alegada de cerceamento de defesa, verifica-se que a questão não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014, g.n.)

O Tribunal *a quo* concluiu pelo cabimento da ação de prestação de contas ajuizada pelo recorrente, genitor alimentante, em face da genitora que detém a guarda de filho menor, julgando a demanda improcedente por entender que não restaram minimamente comprovadas as alegações de abandono intelectual ou assistencial do menor que fundamentam o pedido, nos seguintes termos:

"Entretanto, a despeito da obrigação legal imposta pelo §5º do art. 1.583 do Código Civil, não se pode admitir que a mera pretensão de supervisionar a aplicação dos alimentos, sem qualquer justificativa e comprovação mínimas atinentes à má-gestão ou abandono dos filhos no que se refere direta ou indiretamente à saúde e educação, possa ensejar a procedência da ação de prestação de contas.

Admitir-se o acolhimento de todas e quaisquer pretensões desta natureza, sem qualquer prova mínima de desvio malicioso do uso da pensão em detrimento da educação e saúde do menor, ensejaria multiplicidade indevida de ações não raro movidas tão somente pela animosidade que costuma acompanhar as separações.

É fundamental que, além da faculdade legal, haja minimamente prova de desvio ou mau uso da pensão alimentícia de modo a prejudicar a educação e saúde do filho. Se assim não se entender, a faculdade legal se transformará em instrumento viciado de responsabilização daquele que detém a guarda e administra todas as suas despesas, seja com relação à saúde e educação, seja com relação a lazer, alimentação e necessidades básicas.

Assim, e considerando que a inicial tem por fundamento apenas e tão somente o direito do pai de fiscalizar a educação do filho comum, fato é que não há nenhuma comprovação de eventual abandono intelectual ou assistencial do menor, afastando a pretensão inicial." (fls. 123/124, g.n.)

Como se vê, o acórdão recorrido não afastou o cabimento do ajuizamento da ação de prestação de contas, mas apenas concluiu pela improcedência do pedido, sendo que a modificação de tal entendimento demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

Melhor sorte não socorre à recorrente no que tange à admissibilidade do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, haja vista que esta Corte tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ na questão controversa apresentada, como é caso dos autos, em que é necessário o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão. A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. DANO MORAL. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se verifica a alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não sendo possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com

negativa de prestação jurisdicional, ou ausência de fundamentação.

2. Na hipótese, o Tribunal de origem, mediante o exame dos elementos informativos dos autos, entendeu não estarem presentes os elementos que caracterizem a compensação pelos danos morais alegados pela parte autora.

3. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, nos moldes em que ora postulada, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

4. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

5. Agravo interno ao qual se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1152399/MG, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, Dje 09/02/2018, g.n.)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator